

## PRODUÇÃO MINERAL NO ESTADO DO PARÁ E REFLEXOS NA (RE)PRODUÇÃO DA MISÉRIA: Barcarena, Marabá e Parauapebas

Nádia Socorro Fialho Nascimento<sup>1</sup>  
Maria Elvira Rocha de Sá<sup>2</sup>  
Aluísio Lins Leal<sup>3</sup>  
Welson de Sousa Cardoso<sup>4</sup>

### Resumo

No contexto da crise capitalista, o capital intensifica sua exploração sobre os países e/ou regiões com abundantes recursos naturais, essenciais à acumulação capitalista. Grandes Projetos minero-metalúrgicos são os instrumentos privilegiados dessa exploração, que produz custos sócio-ambientais de grandes proporções. Espaços como a Amazônia brasileira e nela, como caso emblemático, o estado do Pará, se destacam pela produção de riqueza – pela via da produção mineral -, e de desigualdades sociais – pela má distribuição de renda. Conclui-se por afirmar que a apropriação privada das riquezas produzidas socialmente se encontra na raiz da produção e reprodução de expressões da “questão social” na região.

**Palavras-Chave:** Amazônia; grandes projetos; desigualdades sociais.

### Abstract

In the context of capitalist crisis, capital intensifies its exploitation on the countries and / or regions with abundant natural resources, essential to capitalist accumulation. Large mining and metallurgical projects are the preferred instruments of exploitation, which produces social and environmental costs of large proportions. Spaces like the Brazilian Amazon and in it as emblematic case, the state of Pará are distinguished by the production of wealth - through mineral production - and social inequalities - the maldistribution of income. We conclude by stating that the private appropriation of socially produced wealth is the root of production and reproduction of expressions of "social issue" in the region.

**Key Words:** Amazon; large projects; social inequalities.

<sup>1</sup> Doutora em Serviço Social. Universidade Federal do Pará – UFPA. [nadialfialho@gmail.com](mailto:nadialfialho@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutora em Serviço Social. Universidade Federal do Pará – UFPA. [melvira@ufpa.br](mailto:melvira@ufpa.br)

<sup>3</sup> Doutor. Universidade Federal do Pará – UFPA.

<sup>4</sup> Mestre. Universidade Federal do Pará. [cardosow5@gmail.com](mailto:cardosow5@gmail.com)



## 1. INTRODUÇÃO

A conjuntura econômica contemporânea, marcada pela agudização da crise capitalista na primeira década deste século e pelo histórico privilegiamento do crescimento econômico, em detrimento de um “desenvolvimento social”, tem gerado um empobrecimento generalizado, que se manifesta com maior intensidade nos países de capitalismo periférico. Apesar de relatórios das Nações Unidas, indicarem uma redução de 85% nos índices de pobreza extrema<sup>5</sup>, em 2008, nos países da América Latina - com destaque para o Brasil, Chile e Peru -, estudos críticos sobre a globalização do capital têm apontado para o acirramento das desigualdades sociais, que se manifestam de formas diferenciadas nos países e/ou regiões do planeta.

Países como o Brasil, historicamente subordinados ao mercado mundial capitalista, têm mantido elevados índices de desigualdades sociais - cuja raiz se encontra na apropriação privada das riquezas produzidas socialmente -, e se expressam através de inúmeras demandas por saúde, educação, trabalho, saneamento, habitação, etc., as quais chegam aos profissionais de Serviço Social no seu cotidiano profissional. Estas demandas demonstram o agravamento das expressões da “questão social”, num contexto marcado pela precariedade e/ou inexistência de políticas públicas que atendam as necessidades de reprodução da vida social.

Apesar dos avanços econômicos – centrados no desenvolvimento de um padrão industrial pós-segunda guerra mundial -, que garantiram ao Brasil fazer parte, hoje, de um restrito grupo de países com grandes perspectivas de crescimento econômico<sup>6</sup>, é fato que o país não foi eficaz na implementação de mecanismos redistributivos. Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar/PNAD (2010), referentes à classe de rendimentos indica que quanto menor o rendimento médio, menor

---

<sup>5</sup> De acordo com o *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada/IPEA, a pobreza absoluta se expressa pelo rendimento médio domiciliar per capita* de até meio salário mínimo mensal, enquanto a pobreza extrema se expressa pelo rendimento médio domiciliar per capita de até um quarto de salário mínimo mensal. O estudo da **Dimensão, evolução e projeção da pobreza por região e por estado no Brasil**, evidencia que entre 1995 e 2008, 12,8 milhões de pessoas saíram da condição de pobreza absoluta, enquanto que a taxa de pobreza extrema indica um contingente de 12,1 milhões de brasileiros (IPEA, 2010).

<sup>6</sup> Estudos do Banco Asiático de Desenvolvimento, publicados no jornal Folha de São Paulo, colocam o Brasil entre os 10 (dez) países emergentes com maior capacidade de acelerar seu ritmo de crescimento e se desenvolver, ficando atrás apenas da China, Índia, Polônia, Tailândia e México.



o número de domicílios que possuem condições adequadas de saneamento e que indicam uma moradia digna. Assim é que na classe de rendimentos médios de até ½ salário mínimo *per capita*, apenas 41,3% possui serviços de saneamento adequados, enquanto na classe de rendimentos acima de 2 salários mínimos *per capita*, esse número sobe para 77,5% dos domicílios.

De acordo com Leal (1996), as estratégias de contenção da crise impactaram de diferentes formas os países de capitalismo central e aqueles de capitalismo periférico, com a transferência dos ônus daquela nos países centrais para os países retardatários. Isso intensifica tanto a exploração da força de trabalho – do que decorre o agravamento das condições de vida da classe trabalhadora -, como a exploração dos recursos naturais – do que decorre a destruição da natureza, especialmente nos países e/ou regiões onde ela é mais rica e abundante.

## 2. A AMAZÔNIA NO CONTEXTO DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA: O CASO DO ESTADO DO PARÁ.

No final do século XX – em meio a mais uma crise da sociedade capitalista -, sucedeu uma nova fase de expansão generalizada do capital rumo aos países e/ou regiões marcadas pela abundância de recursos naturais, como é o caso do Brasil e nele, da Amazônia brasileira. Os resultados históricos da presença do grande capital na Amazônia foram agravados em função de novas dinâmicas produtivas que invadiram o espaço amazônico - como é o caso da cultura da soja<sup>7</sup> -, as quais se somaram às dinâmicas já sedimentadas, especialmente a exploração mineral, pela via dos grandes projetos.

Neste contexto destaca-se o estado do Pará como *locus* privilegiado de intensos processos desencadeados sobre a Região, passando a sediar, especialmente a partir da

---

<sup>7</sup> A ocupação da região sul do estado do Pará pela cultura da soja, promete ser a mais devastadora, especialmente em termos ambientais e humanos, de que se tem notícia. Milhões de hectares de floresta nativa já foram derrubadas para dar lugar a essa monocultura, alterando inclusive a paisagem natural da região. No espaço onde ela se desenvolve reside uma significativa parcela de habitantes que a ocupam há incontáveis gerações – grupos indígenas, pequenos trabalhadores rurais, ribeirinhos, etc. -, que já começaram a ser expropriados pelos sojeiros, majoritariamente “fazendeiros” do sul e sudeste do país, atraídos pela facilidade no acesso à terra, pela facilidade em pressionar seus ocupantes locais e pelas facilidades generosamente oferecidas pelo Estado. (FIALHO NASCIMENTO, 2006).

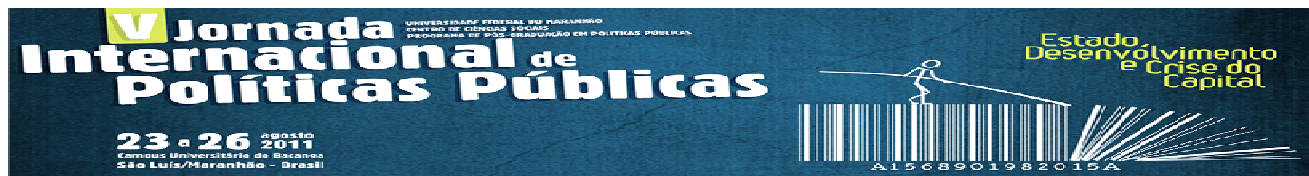
década de 1970, grandes empreendimentos - públicos e privados -, que produziram profundas alterações em seus aspectos ambientais, econômicos, sociais e culturais. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE (2010), a população do estado do Pará é de 7.477 (sete milhões, quatrocentos e setenta e sete) habitantes, sendo o segundo estado brasileiro em extensão territorial e o segundo estado minerador do Brasil, embora seja o primeiro em concentração mineral<sup>8</sup>. A produção mineral do Pará é expressiva, sendo que o o Produto Interno Bruto/PIB<sup>9</sup> paraense, passou do 14º lugar no ano de 1996, para o 11º lugar em 2003 e vem apresentando crescimento médio superior à média nacional. No ano de 2008, a produção mineral paraense alcançou o valor de 11 bilhões, “o que significou um aumento de 33% em relação ao ano anterior” (ZEE, 2010, p. 189). Dos 143 (cento e quarenta e três) municípios paraenses, 23 (vinte e três) possuem minas em operação, tendo aumentado de 34 (trinta e quatro), em 2001, para 46 (quarenta e seis), em 2006, o número de minas em atividade. A produção mineral paraense centra-se em 04 (quatro) principais minérios: ferro, cobre, bauxita e manganês, que correspondem a 93% da produção mineral do estado.

Na contramão dos dados sobre a riqueza extraída e exportada do estado do Pará, encontra-se uma população empobrecida, o que pode ser comprovado, entre outros, pelos dados do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal/IDH, que situa o Pará na 20ª posição dentre os estados da federação. Quando o IDH é analisado em suas variáveis componentes – **renda, educação e saúde** –, verifica-se que, no espaço de 10 anos (1991-2000), houve uma melhora em relação à variável **educação** de 14,8%, em relação à variável **saúde** de apenas 5,8% e, no caso da variável **renda**, o Pará obteve uma melhora de apenas 4,6%, índice muito menor que os demais estados da federação.

### 3. A PRODUÇÃO MINERAL PARAENSE E AS DESIGUALDADES SOCIAIS

<sup>8</sup> “Cerca de um terço do ouro produzido no Brasil vem do Pará. No subsolo paraense encontram-se ainda 76% das reservas brasileiras de bauxita, 73% de cobre, 46% do minério de ferro e 27% do manganês. Entre os minerais não-metálicos estão 62% da gipsita, 53% do quartzo e 49% do caulim. A maior província mineral do planeta também está no Pará, na região da Serra dos Carajás” (EMBRAPA, 1996, p. 5).

<sup>9</sup> “O produto interno bruto (PIB) representa a soma (em valores financeiros) de todas as riquezas finais produzidas em uma determinada região ou parcela da sociedade (qual seja, países, estados, cidades), durante um período determinado (mês, trimestre, ano, etc). [...] [no caso do PIB per capita] os indicadores econômicos agregados (produto, renda, despesa) indicam os mesmos valores para a economia de forma absoluta. Dividindo-se esse valor pela população de um país, obtém-se um valor per capita, um valor médio. ([http://www.wikipedia.org/wiki/Produto\\_Interno\\_Bruto](http://www.wikipedia.org/wiki/Produto_Interno_Bruto)). Apesar de considerar uma distribuição igualitária de renda, no que se revela sua imperfeição, o PIB possibilita visualizar a capacidade econômica da economia em gerar riqueza material, o que também, por conseguinte, não é indicador de qualidade de vida da população



Dentre os 05 (cinco) municípios de maior PIB total e dentre os 05 (cinco) maiores PIBs *per capita* do Pará, 03 (três) deles são municípios ligados à mineração: Barcarena, Marabá e Papauapebas. Para efeito desse estudo, estes municípios foram tomados como referência para a análise da produção de riqueza em contraposição à produção de miséria no estado. Na década de 1980 grandes empreendimentos minero-metalúrgicos se instalaram no estado do Pará, como resultado da crise econômica de 1970<sup>10</sup>, que fez com que o capital buscasse saídas estratégicas que incluíssem, na esfera da produção, a busca de novas áreas para a instalação mais barata de novas indústrias, além da obtenção de recursos naturais e força de trabalho, baratos e abundantes. Estes empreendimentos se instalaram nos municípios de Barcarena, Marabá e Parauapebas, e merecem destaque tanto pelo volume de investimentos, como pelos efeitos sócio-econômicos e ambientais de magnitude que produziram nas suas áreas de influência. No município de Barcarena instalou-se o complexo Albras/Alunorte (beneficiamento da bauxita), momento a partir do qual o município passou por uma série de alterações em aspectos econômicos, sociais e ambientais, com destaque para a alteração na estrutura fundiária, demográfica e social da sua população. A área industrial de Barcarena foi consolidada a partir da instalação, na década de 1990 de um outro projeto, o chamado projeto Caulim.

Outro município afetado pela produção mineral é Parauapebas, que faz parte da área de influência do Programa Grande Carajás/PGC, que abrange partes dos Estados do Maranhão, Pará e Tocantins, num total aproximado de 900.000 km<sup>2</sup>, correspondente a 11% do território nacional. Nesta área se encontra a maior província mineral do planeta - cobre, estanho, ouro, alumínio, manganês, níquel e ferro -, sendo que as jazidas deste último, localizadas na Serra dos Carajás, no Estado do Pará, foram estimadas entre 18 (dezoito) e 20 (vinte) bilhões de toneladas. A Companhia Vale do Rio Doce/CVRD, uma estatal brasileira privatizada na década de 1990, tem exclusividade na exploração das jazidas de ferro da serra dos Carajás, constituindo-se na maior companhia

---

<sup>10</sup> Os dois choques nos preços do petróleo atingiram duramente os países de capitalismo avançado, dentre eles o Japão. Este país, que iniciara um movimento de concorrência no mercado mundial com os Estados Unidos, teve afetada a sua capacidade produtiva, especialmente no ramo da indústria de alumínio primário. “O alumínio primário é um produto metálico com ampla utilização do [sic] mundo moderno. Quando transformado em chapas, folhas, extrudados, fios, cabos, vergalhões, ligas e pastas, servem de insumo para diversos produtos industriais (...) O processo de produção do alumínio primário dá-se a partir de duas fases básicas: a de transformação da bauxita em alumina e a desta em alumínio primário através da eletrólise”. (IDESP, 1991, p. 11).

de mineração de ferro no mundo. À grandiosidade de Carajás – que produziu, no ano de 2007, 92 bilhões de toneladas de minério -, se junta a complexidade deste empreendimento, ou do conjunto dos seus vários sub-projetos, corresponde um gigantesco e complexo conjunto de conseqüências sócio-ambientais sobre a região onde ele foi decretado.

Ainda na área de influência do PGC, encontra-se também o município de Marabá, em cuja área se exploram cobre e manganês. Enquanto o primeiro está iniciando sua produção, com investimentos previstos de USD 855 milhões, o segundo gerou uma produção em 2007 de “157.490 toneladas de minérios, e a venda alcançou 415.627 toneladas, gerando uma receita de R\$ 89.522.381,03” (ZEE, 2010, p. 220). O município de Marabá, juntamente com Parauapebas, são exemplos de uma miséria social sem precedentes. A população destas áreas, ao ser expulsa da terra para dar lugar aos empreendimentos, converteu-se numa população flutuante, ao sabor das condições vigentes localmente. Uma parcela expressiva desse contingente humano vive no entorno de Marabá, sobrevivendo de fazer carvão, destruindo assim a cobertura vegetal local. Os processos decorrentes da implantação de Carajás produziram, assim, uma infindável sucessão de problemas sociais, cujo mais importante é, sem dúvida, o conflito pela posse da terra<sup>11</sup>.

Com base no volume da produção mineral dos municípios selecionados, que se expressa no Produto Interno Bruto e nos dados de população e renda, são apresentados dados que demonstram as condições de vida da população paraense. Na tabela abaixo são apresentados dados que revelam o nível de riqueza gerada pela produção mineral dos municípios selecionados, com destaque para a distribuição dessa riqueza por meio do PIB *per capita*.

Tabela 1: Municípios mineradores, segundo população, PIB e PIB *per capita*

<b>MUNICÍPIO</b>	<b>POPULAÇÃO</b>	<b>PIB (mil reais)</b>	<b>PIB/Per capita</b>
------------------	------------------	------------------------	-----------------------

<sup>11</sup> O município de Marabá ficou conhecido, na década de 1980, como “marabala”, por causa da violência expressa em constantes assassinatos, decorrente do violento processo de apossamento do território pelos privilegiados pelas leis da ditadura, cujos interesses eram impostos às custas da pistolagem.

<b>BARCARENA</b>	99.800,00	3.860.431	42.937,09
<b>PARAUPEBAS</b>	153.942,00	6.572.427	45.225,41
<b>MARABÁ</b>	233.462,00	3.593.892	17.974,31

Fonte: IBGE, Censo 2010, PNAD, 2009

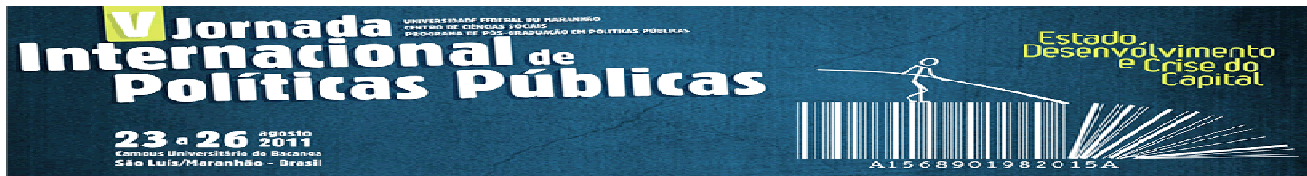
Observa-se que Parauapebas lidera com o maior PIB, com mais de R\$ 6 bilhões de reais, enquanto seu PIB *per capita* é de R\$ 45.225,41; em seguida temos Barcarena, com um PIB de R\$ 3,8 bilhões de reais, que representa 58% do PIB de Parauapebas. Apesar de um PIB maior, a população de Parauapebas é bem maior que a de Barcarena, o que lhe confere a este último um PIB *per capita* de R\$ 42.937,09, bem próximo ao de Parauapebas. No caso do Município de Marabá, o PIB é de R\$ 3,5 bilhões de reais, com uma população que ultrapassa Barcarena e Parauapeba e se constitui na quarta maior população do estado do Pará. Em função disso, seu PIB *per capita* é o menor – embora ainda expressivo -, entre os 03 municípios selecionados, sendo de R\$ 17.974,31.

A partir da distribuição da população dos municípios mineradores selecionados, segundo as classes de renda média familiar mensal – demonstrados na Tabela 2 -, observa-se que próximo de 60% da população destes municípios recebem abaixo de 03 (três) salários mínimos. No caso de Barcarena, 59,1% da população possui renda média familiar mensal de zero a três salários mínimos; nesta mesma faixa estão 56,2% da população do município de Parauapebas; e 59,4% da população de Marabá.

Tabela 2: Municípios mineradores, segundo população, renda média familiar mensal

<b>Faixa de renda familiar mensal</b>	<b>Barcarena</b>	<b>Parauapebas</b>	<b>Marabá</b>
<b>Sem Rendimentos</b>	8,9	9,9	10,1
<b>Até 1 Salário Mínimo</b>	15,7	13,6	16,3
<b>Mais de 1 a 2 Salários Mínimos</b>	22,6	18,6	19,9
<b>Mais de 2 a 3 Salários Mínimos</b>	12,0	14,0	13,0
<b>Mais de 3 a 5 Salários Mínimos</b>	15,4	17,8	16,4
<b>Mais de 5 a 10 Salários Mínimos</b>	14,4	14,5	14,9
<b>Mais de 10 Salários Mínimos</b>	11,1	11,5	9,3
<b>Total</b>	100	100	100

Fonte: IBGE, Censo 2000.



#### 4. CONCLUSÃO

Na Amazônia, os processos decorrentes da exploração de suas riquezas minerais têm contribuído, entre outros, para um processo de pauperização da população paraense. Isso se dá pela via da implantação de empresas multinacionais – os chamados grandes projetos -, que operam como enclaves e que, justamente por essa condição, não logram disseminar qualquer efeito positivo sobre as áreas/nações onde se instalam. Aliado a isso têm-se as ações do Estado neoliberal, que destroem as últimas estruturas de proteção social, ao mesmo tempo em que ensaia políticas públicas que não revertem o quadro de desigualdades sociais presentes no país. Concluímos por afirmar que o crescimento econômico, tal como o entende a lógica capitalista – centrado nos resultados de indicadores tais como o PIB -, não tem resultado num igual crescimento dos investimentos sociais, o que “poderia” reverter na melhoria, nunca na plena satisfação, das condições de vida da população do estado do Pará. E isso porque o Pará é exemplo, acabado, da dominação capitalista, no que se confirma a máxima de que à produção da riqueza – nesse tipo de sociedade -, corresponde uma igual produção da miséria. Reafirma-se, assim, também a máxima de que a plena emancipação do homem das condições de exploração, a socialização dos bens produzidos coletivamente e a satisfação das necessidades sociais do homem, só pode ser realizada pela extinção do fundamento ontológico da exploração do trabalho pelo capital.

#### 5. REFERÊNCIAS

FIALHO NASCIMENTO, Nádya Socorro. Amazônia e desenvolvimento capitalista: elementos para uma compreensão da “questão social” na região. 2006. Tese (Doutorado em Serviço Social) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA/IBGE. Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro, 2009.





\_\_\_\_\_. **Censo 2000 e Censo 2010, primeiros resultados.** Disponível em: <http://www.ibge.org.br>

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO PARÁ. Repercussões sócio-ambientais do complexo industrial Albras/Alunorte em área de influência imediata. Belém: IDESP, 1991.

**INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS/IPEA.** Relatório de agências das Nações Unidas. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/> com acesso em 08/10/2010.

JORNAL A FOLHA DE SÃO PAULO. Disponível em <http://www.folha.uol.com.br/> com acesso em 08/10/2010.

LEAL, Aluizio Lins. Grandes Projetos Amazônicos: dois casos precursores. 1996. Tese (Doutorado em História Social) – PUC, São Paulo, 1996.

MARX, Karl. O Capital – Livro Primeiro: O Processo de produção do capital. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1998.

PNUD – Programas das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em <http://www.pnud.gov.br/idh>. Acesso na internet em 29 de Janeiro de 2006.

PRODUTO INTERNO BRUTO. Disponível em: [http://www.wikipedia.org/wiki/Produto\\_Interno\\_Bruto](http://www.wikipedia.org/wiki/Produto_Interno_Bruto). Acesso na Internet em 21 de Agosto de 2006.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA; UFPA/FADESP. Mineração na Amazônia Legal: importância sócio-econômica e perspectivas. Belém, 1997. (versão preliminar).

ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO/ZEE das Zonas Leste e Calha Norte do Estado do Pará. Carmem Roseli Caldas Menezes, Marcílio de Abreu Monteiro e Igor Maurício Freitas Galvão (Coord.). Belém, PA: Núcleo de Gerenciamento do Programa Pará Rural, 2010. 3v.